

A TRAJETÓRIA DA SUDESUL E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA O SUL DO BRASIL 1967-1990¹

Alcides Goularti Filho/UNESC/Pesquisador Produtividade CNPq - agf@unesc.net
André Scholl de Almeida/UNESC/Bolsista PIBIC/CNPq - andre.scholl@hotmail.com
Talita Alves de Messias/UNESC/ Bolsista PIBIC/CNPq – talita-alves@hotmail.com

Área Temática: História Econômica

Resumo

Instituída a partir do Decreto-Lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967, e extinta pela Medida Provisória n. 151, de 15 de março de 1990, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) atuou durante 23 anos na formulação, na coordenação e na orientação de diversos planos de desenvolvimento da Região Sul do Brasil, atuando nos seus três estados (SC, PR e RS). Foi criada no bojo de um movimento nacional de fortalecimento de autarquias regionais como SUDAM, SUDECO e SUFRAMA. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é estudar a trajetória da SUDESUL, na perspectiva da história econômica, enfocando a formulação, a orientação e a execução dos planos de desenvolvimento regional para Santa Catarina, no período de 1967 a 1990. O artigo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, busca-se contextualizar a SUDESUL a partir da discussão das políticas regionais dos anos de 1950, passando pela criação da SPVERFSP e pelas dificuldades que já eram enfrentadas por essa autarquia. Em seguida, explora-se a extinção da SPVERFSP e a criação da SUDESUL como forma de substituí-la, e também a criação do Ministério do Interior. No terceiro, serão descritas as principais atividades da superintendência, seus projetos sub-regionais e suas publicações e documentos do período de atuação. E, por fim, nas considerações finais, será analisada a trajetória da autarquia até sua extinção.

Palavras-chave: SUDESUL – desenvolvimento regional – história – economia – Santa Catarina

1. Introdução

O Brasil, país de extensão continental e de vasta heterogeneidade sociocultural, chega à metade do século XX com problemas em sua base industrial e nas desigualdades regionais. A partir da década de 1950, a literatura econômica passa a acumular discussões sobre a questão regional, pois não era mais possível pensar no desenvolvimento do país sem pensar em todos

¹ Pesquisa financiada com recursos do MCT/CNPq

os estados brasileiros, na integração nacional e na correção dos gargalos que representavam entraves ao crescimento do país.

Durante o Governo Vargas e, posteriormente, no Governo JK, políticas regionais foram tomando formas mais concretas. Todavia, o Plano de Metas, focando o potencial industrial a ser desenvolvido na região Sudeste, acabou por aumentar as diferenças existentes entre as regiões do país. É nesse contexto que foi criada a SPVERFSP — Superintendência de Valorização da Fronteira Sudoeste do País, juntamente com outras autarquias do mesmo cunho.

Neste artigo, buscamos estudar a trajetória da Superintendência para o Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), criada em 1967 para substituir a SPVERFSP, que fora extinta no mesmo decreto (Decreto-Lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967). A SUDESUL sofreu várias alterações durante a sua trajetória, tanto de objetivos quanto de organização estrutural; desenvolveu diversos projetos, estudos e diagnósticos, além de publicar periódicos de conjuntura, até ser extinta em 1990, com a emergência da onda neoliberal que passou a influenciar o país.

O artigo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, busca-se contextualizar a SUDESUL a partir da discussão das políticas regionais dos anos 50, passando pela criação da SPVERFSP e pelas dificuldades que já eram enfrentadas por essa autarquia. Em seguida, explora-se a extinção da SPVERFSP e a criação da SUDESUL como forma de substituí-la, e também a criação do Ministério do Interior (MINTER). No terceiro, serão descritas as principais atividades da superintendência, seus projetos sub-regionais e suas publicações e documentos do período de atuação. E, por fim, nas considerações finais, será analisada a trajetória da autarquia até sua extinção.

2. Discutindo as políticas de desenvolvimento regional

O problema das desigualdades regionais brasileiras foi e é um tema muito debatido no Brasil, ganhando mais força a partir da década de 1950. A concentração de capital no Sudeste acabou privando as outras regiões de semelhante crescimento econômico e aumentando as disparidades entre elas. A proposta do Estado, na busca pela solução do problema, ou ao menos pela sua minimização, passou pela criação de diversos órgãos, como inspetorias, departamentos e autarquias federais.

Uma das primeiras instituições de âmbito nacional desta natureza foi a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada em 1909, para desenvolvimento de estudos e ações para combate às secas do Nordeste brasileiro. Também para essa região, para atuar no aproveitamento das águas do Rio São Francisco, foi instituída em 1948 a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF).

Para a região Centro-Oeste, é criada a Fundação Brasil Central, através do Decreto-Lei n. 5.878, de 4 de outubro de 1943. Segundo o referido Decreto-Lei, o objetivo da autarquia era “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”. Mais tarde, através do Decreto n. 50.741, de 7 de junho de 1961, é criada a CODECO (Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

Em 1953, fundou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), para a região Norte. Segundo sua lei de criação, n. 1.806, de 06 de janeiro de 1953, a autarquia constituiu um sistema destinado a desenvolver a produção regional e as relações de troca, de modo a “melhorar padrões sociais de vida” e “bem-estar econômico das populações”, além da “expansão da riqueza do País” (BRASIL, 1953).

Para a região Sul, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste (SPVERFS), através da Lei n. 2.976, de 28 de novembro de 1956, com o propósito de “elevar o padrão de vida da população da região e a integrá-la na economia nacional”. Todavia, a área de abrangência desta autarquia era a região de fronteira dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso com os países vizinhos, não abrangendo toda a área da região Sul.

Na região Nordeste, instituiu-se, através da Lei n. 3.692, de 15 de dezembro de 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com Celso Furtado como superintendente e a cidade de Recife como sede, a SUDENE pretendia desenvolver e coordenar projetos para o desenvolvimento daquela região.

Além do debate regional e da criação de autarquias por parte do Governo Federal, o país se industrializava com os programas do Plano de Metas, que visava à integração da economia e à elevação da taxa de crescimento do país através de políticas industriais. Assim, inicia-se o processo de industrialização pesada. Pode-se dizer que, a partir desse momento, o Brasil começava a pensar no desenvolvimento regional pautado na presença do Estado como agente planejador. Da mesma forma que a importância relativa do Sudeste para o crescimento econômico do país acabou concentrando os investimentos estatais do Plano de Metas, o baixo grau de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste ditou naturalmente a distribuição dos

recursos entre as autarquias para o desenvolvimento de políticas regionais. Isto fica evidente na presença de um fundo constitucional na lei de criação da SPVEA e da SUDENE.

Não possuindo fundo constitucional e dependendo de recursos orçamentários, a atuação da SPVERFS ficou prejudicada, já que pouco lhe havia sido repassado até 1962, suficiente apenas para a sua instalação, como ficou evidenciado no trecho da Mensagem Presidencial de João Goulart: “iniciou o órgão sua atuação somente em 1962, com a liberação das verbas constantes no Orçamento da União e referentes aos exercícios de 1957 a 1962” (BRASIL, 1963, p. 98).

Ressalta-se que as verbas referentes aos anos de 1957 a 1962 acabaram por ser desvalorizadas pelo processo inflacionário. Mesmo ao receber os repasses, a autarquia perdia poder de atuação em relação ao que fora inicialmente planejado. Além disso, as verbas eram entregues à superintendência com destino especificado por emendas criadas no Congresso Nacional, o que pulverizava os recursos e lhe retirava autonomia, dificultando o planejamento da autarquia (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1967). A ausência de um fundo constitucional foi uma característica marcante de seu modelo de atuação, principalmente nos seus primeiros anos de existência. A demora para o repasse das verbas demonstrava a fragilidade da autarquia e reforçava a razão de ter sido a SUDENE o mais influente órgão destinado ao desenvolvimento regional.

No mesmo período, na esfera política, aumentava o desgaste do governo de João Goulart, causado pelo descontentamento da direita brasileira. Assim, em uma grande ação reacionária das elites nacionais, que culminaria no Golpe Militar do dia 31 de março de 1964, teria início o terrível período da Ditadura Militar no Brasil.

3. Da Fronteira Sul para a Região Sul

A década de 60 foi marcada por grandes mudanças no cenário político nacional. Ditadura, repressão e aumento na concentração de renda decorriam à medida que se percebia o fortalecimento de um Estado Nacional e acelerado crescimento econômico.

Nesse contexto, ocorreram alterações nas políticas regionais. Através da Lei n. 4.344, de 21 de junho de 1964, foi criado o Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais. Sua função era coordenar as atividades de onze órgãos governamentais, estando entre eles as autarquias de desenvolvimento regional, que também

sofreram mudanças nesse período, entre elas: a) criação da SUDAM, em 1966, a partir da SPVEA; b) criação da SUDESUL, a partir da SPVERFSP, em 1967; c) criação da SUDECO, em 1967, a partir da CODECO.

Conforme determinação do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, foi criado o MINTER, que surge em forma de um desdobramento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O MINTER incorporou as competências do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais e as superintendências passaram a ser subordinadas ao novo Ministério. Tanto as alterações nas Superintendências quanto as ministeriais indicavam a potencialização dessas instituições regionais, que se tornaram grandes instrumentos para o planejamento do desenvolvimento regional. O país se preparava para atingir o auge do planejamento, buscando a integração das suas regiões para melhor aproveitar a sua capacidade endógena de desenvolvimento econômico e social.

O I Plano Diretor da Fronteira Sudoeste (1967-1969) foi apresentado após 11 anos da criação da antiga SPVERFSP, em 20 de fevereiro de 1967. Oito dias depois, o Decreto-Lei n. 301 extingue a SPVERFS e cria, no mesmo ato, a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SUDESUL, mantendo sua área de abrangência. O Tesouro Nacional ficaria encarregado do repasse das dotações orçamentárias para a autarquia, depositadas em conta no Banco do Brasil.

No entanto, no dia 1º de dezembro do mesmo ano, através da Lei n. 5.365, mais uma mudança ocorreu: a área de abrangência é alterada para a Região Sul do país, o que inclui inteiramente os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Essa última alteração quase leva o I Plano Diretor à obsolescência, já que cobria a área anterior. Por conta da mudança da jurisdição, em 1967, a SUDESUL passa a denominar-se Superintendência da Região Sul com o Plano de Desenvolvimento da Região Sul e, em 8 de maio de 1969, o nome é novamente alterado para Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, que passou a coordenar o Plano de Desenvolvimento da Região Sul.

4. Principais atividades da autarquia

Ficaram definidos no Decreto-Lei de criação da SUDESUL seus principais objetivos, como “planejar e promover a execução do desenvolvimento da região” e “coordenar e controlar a ação federal na área”. Após a alteração do nome, da área de abrangência e do objetivo da

superintendência, ainda foram introduzidas modificações em sua organização, bem como ampliada a sua competência.

Com a potencialização da autarquia enquanto instrumento do planejamento, esta centralizou o poder de decisão quanto à política de desenvolvimento da região sul, no período inicial de sua existência, firmando inúmeros convênios em diversas áreas com entidades das mais variadas, como hospitais, universidades, secretarias dos estados, prefeituras municipais, empresas privadas e cooperativas. Sua atividade de planejamento, nesse período inicial, foi concentrada em setores que já vinham sendo priorizados por políticas do Governo Federal, como a Pesca e o Turismo, considerados “vazios socioeconômicos”. Quanto a estes, podemos destacar a criação do Plano Regional de Turismo, que teve como maiores realizações a criação das Secretarias de Turismo dos Estados, e criação de cursos universitários para o setor (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989).

De forma geral, também foi lançado um projeto agrícola e hidrológico, para a Campanha do Sudoeste do Rio Grande do Sul (que mais tarde seria chamado de Projeto Sudoeste-1), além da criação de associações de municípios para desenvolvimento local integrado. Com apoio de instituições como a OMS (Organização Mundial da Saúde), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e OEA (Organização dos Estados Americanos), a SUDESUL concedeu recursos aos governos estaduais para estruturação de unidades de planejamento das Secretarias de Educação e Saúde.

O início da década de 1970 foi, de forma geral, o ápice na produção e na execução de projetos acerca da área superintendida, assim como ocorreu a aceleração do crescimento econômico do país, caracterizado como “milagre econômico”, impulsionado pelo I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Nesses anos, a SUDESUL cria seus principais projetos sub-regionais, dos quais nos ocuparemos a seguir.

4.1 Projetos sub-regionais

A partir de solicitação do MINTER, que requeria estudos das autarquias de desenvolvimento regional para o I PND, a SUDESUL elaborou o seu segundo plano, o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR). Em 1971, iniciou-se uma análise territorial para detectar disparidades entre as microrregiões, com assessoramento de especialistas da OEA. A ideia era encontrar as áreas com maiores potencialidades, do ponto de vista estadual ou mesorregional,

que fossem mais carentes de infraestrutura econômica e social. Acabaram sendo selecionadas três regiões: uma área de 72.000 km² no sudoeste do Rio Grande do Sul, uma de 50.000 km² no noroeste do Paraná e outra de 9.500 km² no litoral sul de Santa Catarina (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973).

Ainda em 1971, foram incorporadas a Secretaria Executiva e a Assessoria Jurídica da Sessão Brasileira da Comissão da Lagoa Mirim à SUDESUL, que resultou no Projeto de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, formando, então, o último dos quatro principais projetos sub-regionais da SUDESUL.

Os projetos foram articulados dadas as suas características estratégicas para um Estado com forte caráter militar, como era o caso do Brasil nessa época: Sudoeste do Rio Grande do Sul — por conta de ser uma região de fronteira; Noroeste do Paraná — devido à singular produtividade dos seus solos; Litoral Sul de Santa Catarina — em função da disponibilidade do carvão; e Lagoa Mirim — por conta da singular oportunidade de estreitar relações com o Uruguai.

4.1.1 Projeto Sudoeste do Rio Grande do Sul

A região sudoeste do Rio Grande do Sul é formada pelas bacias hidrográficas dos rios Ibicuí e Quaraí. Tendo a SUDESUL iniciado os primeiros estudos sobre a região em 1968, ficou constatado que a atividade econômica da área se processava em termos de atividades relacionadas à produção agrícola e à pecuária. O projeto surge em 1969, destinado a desenvolver o setor primário daquela região, através da resolução dos problemas ocasionados pela estiagem e pelas sequentes inundações (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976a).

Após o período inicial de profundos estudos, realizados com a colaboração de entidades diversas, foram selecionados dois municípios como unidades-piloto: São Pedro do Sul, para atividades relacionadas com a agricultura; e Santana do Livramento, para atividades relacionadas com a pecuária (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974a).

Em 1972, foi constituída a “Junta Diretiva do Sudoeste-1”. Integravam esta Junta o governo do estado do Rio Grande do Sul — por meio de sua Secretaria da Agricultura, a Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura e a SUDESUL. A função da Junta era fixar as diretrizes dos trabalhos a serem realizados. Com isto, aceleram-se os trabalhos e, ainda em 1972, no município de Alegrete, é iniciada a primeira etapa da execução do projeto. Em 1976,

oito unidades já se encontravam em operação, o que correspondia a 51% da área total do projeto (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978d).

Até 1974, essa era a principal frente de atuação da SUDESUL (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974a), isto porque a autarquia se encontrava ainda na fase de “conhecimento da realidade” e de formulação de políticas regionais (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989), ou seja, realizava estudos nas áreas onde seriam constituídos, mais tarde, os outros três grandes projetos sub-regionais da autarquia. Em um documento que faz uma análise retrospectiva da SUDESUL desde 1967, chamado “Relatório de Atividades”, publicado em 1989, o projeto Sudoeste-1 já não é mais citado, demonstrando o seu abandono ao longo da década.

4.1.2 Projeto Noroeste do Paraná

O Projeto Noroeste do Paraná, que consta do II PND, tinha um caráter prioritário para a autarquia, isto porque se tratava de uma região que representava um terço da área física total do estado do Paraná, mas continha metade da população e representava metade da sua atividade econômica. Inclusive, era de grande relevância o papel desempenhado por essa região nas exportações nacionais, que, segundo a SUDESUL, chegou a ser de 12,0% no ano de 1970 (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1977). A origem do projeto encontra-se nos estudos para o controle da erosão que o MINTER realizou entre os anos de 1970 e 1973, com assessoramento técnico da OEA. Na primeira fase do projeto, entre os anos de 1970 e 1972, a SUDESUL foi responsável apenas pelo mapeamento da área. Já na segunda fase do projeto, entre os anos de 1972 e 1973, a autarquia ficou responsável por realizar os estudos que visavam permitir uma reestruturação das atividades econômicas com relação ao uso dos solos daquela área (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1977).

Em 1974, foi criado o Conselho Diretor do Projeto Noroeste do Paraná, o que permitiu que ele passasse para uma fase de implementação intensa das recomendações acumuladas até aquele momento. Ficou decidido que a presidência desse conselho caberia ao superintendente da SUDESUL e que possuiria uma Secretaria Técnica para instrumentalizar as suas atividades. No ano de 1975, foi instalada a Secretaria Técnica do Conselho Diretor do projeto, através de associação entre SUDESUL, DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) e o governo do estado do Paraná, cumprindo acordo firmado entre o MINTER e o próprio governo paranaense. Apesar de a SUDESUL contribuir com um terço dos recursos

necessários à execução do projeto, a gestão administrativa do mesmo acabou por ficar a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento.

A principal meta desse projeto era assegurar as condições produtivas do solo da área, gravemente ameaçada por processos de erosão superficial e profunda. Na ausência de proteção vegetal, os seus solos acabavam por desenvolver problemas relacionados à erosão, pois neles é predominante a presença do arenito, dado o processo de formação geológica característico da área (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1977).

A atividade econômica da região concentrava-se na agricultura — a cultura principal foi, historicamente, o café — e a mesma se havia processado até aqueles anos, em termos gerais, sem técnicas agrônômicas adequadas à manutenção das condições produtivas do solo, o que resultou no processo de erosão, observado nas zonas rurais. Já o mesmo processo, observado nas zonas urbanas fora iniciado pelo rápido crescimento populacional das comunidades e pelo processo de urbanização daí proveniente (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976b).

Em 1977, a SUDESUL firmou alguns convênios com instituições estatais, com a finalidade de garantir os recursos e a assistência técnica necessários à realização das atividades. Inclusive, a SUDESUL publicou uma série informativa sobre o projeto, iniciada em 1976, mas os diferentes volumes publicados anualmente possuem poucas alterações entre si. De modo geral, a autarquia permaneceu apenas realizando estudos e fomentando as atividades. Diferentemente do modelo de atuação observado em outros projetos, como o do Litoral Sul de Santa Catarina ou o da Lagoa Mirim, no relativo ao do Noroeste do Paraná, a autarquia não ficou responsável pela construção de obras físicas de grande porte e sequer foi a instituição a cargo da maior parte dos trabalhos realizados. Talvez seja esta a razão de a autarquia ter despendido maiores esforços no sentido de publicar documentos diversos, que tratam das atividades realizadas no noroeste do Paraná.

4.1.3 Projeto Litoral Sul de Santa Catarina

Segundo o Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, documento elaborado pela própria SUDESUL, não era a condição de atraso econômico dessa microrregião que justificava a ação da autarquia sobre ela. A ação se justificava pelo papel estratégico que essa área detinha, devido à singularidade de seus recursos naturais, com destaque do carvão mineral. O objetivo do projeto era o de potencializar o poder desta

microrregião para que ela fosse capaz de exercer seu papel singular no crescimento mesorregional. O papel dessa região, segundo entendimento da autarquia, era o de fornecedora de insumos para os setores produtivos do país. A região carbonífera catarinense era a única que dispunha o carvão coqueificável do Brasil, além de serem aproveitados outros derivados dele. Essa era uma forte razão para se efetuar o projeto, segundo a SUDESUL, dado que o crescimento econômico da região permaneceria estagnado na ausência de estímulos externos (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973).

A implantação da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) constitui-se num investimento vertebral de todos os outros realizados no projeto, além de justificar a seleção dessa área para objeto da ação planejadora. A partir do mesmo, foram realizadas obras de melhoramento da infraestrutura social básica (viária, urbana, fornecedora de água potável). Além disto, também estavam no Projeto ações referentes ao abastecimento de produtos agropecuários, para suprir o esperado aumento da demanda que aconteceria dado o intenso processo de urbanização proveniente da instalação da indústria carboquímica; e qualificação da força de trabalho para atender à atividade que surgiria através do efeito multiplicador dos investimentos estatais.

Com relação aos investimentos destinados ao Projeto Litoral Sul, durante o II PND, 55,1% do total de recursos para a região sul eram destinados apenas ao Projeto Litoral Sul Catarinense (GOULARTI FILHO, 2007). Entre 1971 e 1973, realizaram-se os estudos sobre essa microrregião. Em seguida, começaram a ser implantados os primeiros programas previstos no Litoral Sul. No bojo do II PND, com as inversões em energia elétrica e carvão a vapor, foi ampliada a Termelétrica Jorge Lacerda. Nesse período, acontecimentos como a Crise do Petróleo deram mais destaques a essa região e assim também foram feitos maiores investimentos na ICC – Indústria Carboquímica Catarinense.

4.1.4 Projeto de Desenvolvimento da Lagoa Mirim

Criada em Montevideu a 26 de abril de 1963, a Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM) tinha por finalidade estudar os problemas da região, objetivando promover o seu desenvolvimento e maximizar o seu potencial técnico e socioeconômico. Apesar de possuir autonomia jurídica, financeira e técnica, a CLM inicialmente agia de forma cooperativa com os órgãos nacionais de planejamento. Além dessa cooperação, obteve colaboração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974b).

A presença da SUDESUL à frente desse projeto foi resultante da incorporação da Seção Brasileira da CLM pela SUDESUL, em 29 de novembro de 1971, através do Decreto n. 69.612, constituindo o Departamento da Lagoa Mirim. Com sede em Pelotas, o Departamento fora implantado em 1º de março de 1972. A partir daí, o Projeto de Desenvolvimento da Lagoa Mirim passaria a ser um dos quatro grandes a cargo da SUDESUL. Tendo em vista a sua visibilidade e seu significado para diversos Ministérios distintos do país, podemos perceber o movimento político e macroeconômico que acontecia em âmbito nacional, a partir de 1967, no sentido de fortalecer as autarquias de desenvolvimento regional, bem como reforçar o argumento de que a SUDESUL encontrou na década de 70 o ápice na produção e na execução de projetos e estudos.

Desde o seu início, tanto para o Brasil quanto para o Uruguai, a construção de uma barragem no canal São Gonçalo havia sido considerada como obra prioritária. Dadas as características econômicas da região — baseadas na pecuária e na cultura extensiva do arroz, essa obra solucionaria o maior problema da área, que era a invasão de águas oceânicas na Lagoa. Com o projeto já sob os cuidados da SUDESUL, em 1972 a construção da barragem-eclusa do Canal São Gonçalo foi iniciada pelo Brasil. E, em 1976, foram iniciados estudos para construção de duas barragens sobre o Rio Jaguarão, nos municípios de Jaguarão e Rio Branco, para impedir a inundação dessas localidades (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976a).

Tratando sobre o Plano de Operações do Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Jaguarão, os pontos que merecem destaque, dada a sua relevância, são: a) a construção de uma Usina Hidrelétrica de 40 MW em Passo do Centurião, que iria permitir interligação dos sistemas elétricos dos dois países através da Central Térmica Presidente Médici, em Candiota; b) irrigação de 91.000 hectares, aproximadamente, para desenvolvimento agrícola; c) desenvolvimento industrial, incluindo indústrias de processamento de produtos agropecuários, a serem abastecidas pelo desenvolvimento agrícola citado anteriormente; d) melhoramento da infraestrutura rural e urbana (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974b). A ideia que permeou as diversas atividades do projeto como um todo parece ter sido a busca pela integração setorial da área, de modo a promover o desenvolvimento econômico da região, no curto, médio e longo prazo.

Dada a diversidade de aspectos do projeto, que em alguns documentos da autarquia chega a ser chamado de Plano Regional de Desenvolvimento CLM/FAO/PNUD, ele

demandava esforço continuado de planejamento. Por conta disso, a SUDESUL chegou a contratar uma empresa especializada, em janeiro de 1974, para criar um Plano Diretor para o projeto (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976a), cujo relatório final fora apresentado em 1975 (HIDROSERVICE, 1975).

Este foi o projeto sub-regional que incluiu mais organismos internacionais e a área que, por mais tempo, foi alvo do planejamento estatal, dado que mesmo atualmente são nela desenvolvidas atividades por parte do governo brasileiro.

4.2 Documentos e Publicações

Durante seu funcionamento, a SUDESUL elaborou diversos documentos, como relatórios, análises conjunturais e diagnósticos, como mostra o Anexo 1.

Uma de suas primeiras publicações, **Pesquisa de Consumo de Produtos Industrializados**, de 1969, traz os resultados da que foi realizada em 18 municípios dos três estados da região sul. Nesse mesmo período, a autarquia realizava uma série de estudos básicos sobre a região: um diagnóstico sobre a força de trabalho, de comercialização e distribuição de pescados, sobre o setor turístico e análises agrícolas, geológicas e hidrológicas (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1969).

Ainda em 1969, um relatório apresentava a atuação da autarquia na região e seus estudos e projetos que estavam em desenvolvimento. Relatórios desse tipo também foram apresentados em 1974, através de uma publicação intitulada **SUDESUL, a instituição e suas atividades**, e também em 1977, quando a superintendência completou 10 anos e publicou um documento com linguagem mais simplificada, para divulgação de suas atividades para a população em geral.

Além disso, foram desenvolvidos documentos que relatavam os resultados dos encontros e seminários. Nesse contexto, há o **Documento final do Encontro Regional sobre Estatísticas da Saúde**, publicado em 1971. Esta, assim como várias outras atividades, foram realizadas em convênio com outras organizações.

Também em convênio, o programa **Agregados Econômicos Regionais**, desenvolvido pela SUDESUL com a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Economia, teve convênio firmado em 1974, e primeira publicação em 1977. Esperava-se que ela impactasse o modo de pensar no planejamento da região sul, mas que não prosperou devido à falta de recursos financeiros. Vários estudos foram desenvolvidos em conjunto com

outras instituições, como, por exemplo, sobre a migração, a suinocultura e os recursos humanos da região sul. Os governos dos estados, assim como as universidades, também tiveram forte participação nos projetos desenvolvidos.

O maior volume de publicações ocorreu nos anos 70. Além dos já citados, foram publicados também o **Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina**, em 1973, e o **Projeto Noroeste do Paraná**, em 1976. A partir do final da década, os recursos da superintendência foram-se tornando mais escassos, e as atividades passaram a ser mais voltadas para a atualização de informações e subsídios para as ações que estavam sendo executadas (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989). Os documentos publicados refletem esse período, em que a autarquia desenvolveu relatórios conjunturais acerca da região, com trabalhos e publicações que exigiam menor aporte de recursos financeiros do que os projetos que vinham sendo desenvolvidos anteriormente. Desse período, caracteriza-se a série **Desempenho da Economia da Região Sul**, iniciada em 1976 e desenvolvida até o final dos anos 80, e o panfleto intitulado **Indicadores Conjunturais**.

Todavia, foi publicado, em 1987, o documento **Considerações sobre o êxodo rural na Região Sul entre 1970 e 1980**. Este trabalho teve em sua origem o objetivo de orientar os debates do Conselho Deliberativo da SUDESUL, que começou em 1981. Como as reuniões do Conselho foram perdendo o foco para debate, esse estudo permaneceu sem divulgação até que, em 1987, a superintendência o publicou na forma desse documento, deixando claro, em sua introdução, que os estudos ali presentes não expressavam “necessariamente os pontos de vista” da autarquia (LISBOA, 1997, p. 8). Além desse, foi publicada, também em 1987, a segunda edição do Documento Base da Estratégia de Desenvolvimento da Região Sul.

Em 1989, a SUDESUL publicou um de seus últimos textos: **Relatório de atividades – 1989**, em que, além de todas as suas atividades, desenvolveu também uma análise retrospectiva da autarquia, com a trajetória e a crise institucional pela qual passou entre 1988 e 1989, com a medida provisória que propôs sua extinção.

No final de sua trajetória, quando as ameaças do desmonte do Estado, proposto pelas ideias do neoliberalismo, passaram a representar a realidade econômica do país, a SUDESUL buscou reforçar seu projeto de desenvolvimento, e demonstrar ao governo a necessidade de sua existência. Essa crise institucional perdurou até a data de sua extinção, como é perceptível na análise dos documentos da autarquia nesse período.

5. Análise da trajetória: considerações finais

A época na qual a autarquia foi criada, em 1967, foi o momento de fortalecimento do poder de atuação do Estado, por meio da potencialização das instituições regionais, que se tornaram grandes instrumentos destinados a planejar e promover o desenvolvimento das mesorregiões. Isso caminhou paralelo ao enrijecimento da ditadura militar.

Durante os primeiros anos de sua existência, a SUDESUL passou pela fase de organização interna do sistema de planejamento, ajustando-se, treinando funcionários e realizando estudos para reconhecer a realidade econômica e social da área superintendida (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989).

Após o choque do petróleo de 1973, com a desaceleração das economias centrais, o Brasil manteve o nível de crescimento e ampliou os investimentos nos planos de desenvolvimento regional, o que ficou cristalizado no II PND. Foi nos primeiros anos desse período que a superintendência ganhou força, com a criação de três grandes projetos que, somando-se ao da Lagoa Mirim, incorporado pela autarquia, formavam os seus quatro principais projetos sub-regionais. Também desenvolveu projetos e programas que serviriam para guiar as atividades dos anos seguintes.

A partir de 1976, a SUDESUL já fortalecia suas atividades, sendo caracterizado esse período como de “maturação das ações iniciadas no período anterior” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989), fase essa compartilhada com as outras autarquias regionais. Porém, o Estado Brasileiro ia sofrendo os efeitos da crise internacional, que o forçava a uma mudança de planos. Foi assim que a SUDESUL foi sentindo o início da crise do planejamento. Do ponto de vista político, órgãos governamentais se articulavam competitivamente, pulverizando recursos e reduzindo os destinados à superintendência. A centralização decisória do país na época e o fraco apoio político da autarquia também influenciaram em sua perda de poder de atuação. Esse movimento de enfraquecimento da questão regional não foi sentido apenas pela SUDESUL. O final dos anos 70 foi caracterizado para essas autarquias, pela implementação física de alguns projetos técnicos, estudados anteriormente, ao mesmo tempo em que viam minguar seus recursos financeiros.

Assim, os anos 80 chegaram e trouxeram consigo uma situação ainda pior. Além dos problemas políticos, a crise econômica foi-se aprofundando cada vez mais. A crise fiscal e financeira do Estado e o endividamento externo, aliados à dificuldade de financiamento que piorava com o colapso do financiamento externo de 1982, mantiveram a SUDESUL em atuação limitada. A autarquia passou a publicar estudos de análise de conjuntura e periódicos,

além de promover seminários e palestras, como que para justificar a sua existência e chamar atenção da sociedade e do governo para o papel que ela desempenhava na promoção do desenvolvimento da região sul. Enquanto isso, as verbas opcionais do governo federal, que poderiam ser destinadas às regiões, passaram a ser destinadas ao pagamento dos altos juros da dívida externa.

Uma dessas primeiras ações de divulgação foi promover o Seminário Técnico sobre elementos de Estratégia e Programação do Desenvolvimento Regional, em 1986, com a participação do BRDE, das Secretarias de Planejamento e de diversos órgãos estaduais e instituições federais, buscando a integração política e institucional no âmbito intrarregional. Nesse seminário, foram elaboradas Proposições e Recomendações em áreas consideradas importantes pela superintendência, que embasaram a formulação da “Estratégia de Desenvolvimento da Região Sul”, desenvolvida juntamente com o BRDE. Esse estudo que serviria também como base da Programação para 1989, foi elaborada pela superintendência no segundo semestre de 1988, dando maior enfoque às obras físicas (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989).

Esses esforços pela “retomada do planejamento” não foram suficientes para superar as dificuldades (escassez de recursos e falta de apoio político) que a SUDESUL encontrou ao longo dos anos de 1980:

[...] na ausência de uma política regional explícita com relação ao desenvolvimento regional; na própria situação conferida ao Ministério do Interior, que integra o ‘sistema federal de planejamento’ como órgão setorial, o que vem de encontro ao preceito de que o desenvolvimento regional é uma questão multissetorial por natureza, envolvendo ações de planejamento e coordenação em nível da área de ação das superintendências; e finalmente, nos pálidos aportes de recursos dotados aos orçamentos da SUDESUL (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989).

A volta à democracia, que poderia ser uma esperança de melhorias para a SUDESUL, trouxe consigo os primeiros sinais de que o neoliberalismo iria orientar as ações do governo brasileiro. A superintendência veio a sofrer, em 1989, com a Medida Provisória n. 28, de 15 de janeiro, que promulgou sua extinção. Em março do mesmo ano, outra Medida Provisória a dissolveu. E, em 1990, através da Lei n. 8.029, de 12 de abril, Fernando Collor tornava a SUDESUL definitivamente extinta.

Entre as superintendências de mesma função, a SUDESUL foi a primeira a sentir os efeitos da ideologia neoliberal. Talvez porque não possuía o poder político da SUDENE ou, ainda, porque não possuía a mesma relevância para o desenvolvimento da região sul como a SUDAM possuía em relação ao da região norte. A nova ideologia, pautada na crença de que o

mercado era suficiente para integrar as regiões produtivas do país, foi vitoriosa. As políticas de desenvolvimento local vieram a substituir o desenvolvimento regional, na ingênua esperança de que a capacidade endógena de cada localidade — derivada da força de vontade dos agentes empreendedores — fosse suficiente para promover o desenvolvimento harmônico de todo o Brasil.

Fontes e referencias:

Livros

- BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento:** As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970.** São Paulo: Ed. Global, 1985, 369 p. (15 Teses).
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 15 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** 2. ed. rev., Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades Regionais e Federalismo. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Organizadores). **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP: UNESP, 1995. (Federalismo no Brasil).
- NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990).** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

Documentos, seminários e estudos

- AS FUNÇÕES da região sul no âmbito do sistema nacional e a ação da SUDESUL. Porto Alegre: SUDESUL, abr./1974.
- HIDROSERVICE. **Plano Diretor básico para desenvolvimento da bacia da Lagoa Mirim (Contrato 01/74).** São Paulo, 1975.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Pré-diagnóstico dos recursos humanos na região sul.** São Paulo, 1972.
- LISBOA, Marco Aurélio. **Considerações sobre o êxodo rural na Região Sul.** Porto Alegre: Ministério do Interior/SUDESUL, 1987, 66p.
- O FENÔMENO migratório na região sul. Porto Alegre: SUDESUL/UFRGS, 1975.
- PERSPECTIVA Econômica. V. 21, n. 55, set./out. São Leopoldo, UNISINOS, 1986.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste. **Primeiro Plano Diretor 1967-1969.** Porto Alegre, fev./1967
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **A instituição e suas atividades.** Porto Alegre, 1972.
- _____. **A instituição e suas atividades.** 4 ed. Porto Alegre, 1974a.
- _____. **A instituição e suas atividades.** 4 ed. Porto Alegre, 1976a.
- _____. **Considerações sobre êxodo rural na região sul entre 1970 e 1980.** Porto Alegre: SUDESUL, 1987a.
- _____. **Dinâmica e Diagnóstico da Região Sul.** Porto Alegre: SUDESUL, 1978a (Súmula preliminar, circulação restrita).
- _____. **Informações Básicas da Região Sul – 1980.** Porto Alegre: SUDESUL, 1981 (Série Região Sul em números, 2).
- _____. **Informações Básicas da Região Sul – 1983.** Porto Alegre: SUDESUL, 1983a (Série Região Sul em números, 3).

- _____. **O setor metal-mecânico da região sul** – cadastro das indústrias. V. 1. Porto Alegre: SUDESUL, 1978b (Série Planejamento e Estudos Regionais).
- _____. **O setor metal-mecânico da região sul** – perfis industriais. V. 10. Porto Alegre: SUDESUL, 1980a (Série Planejamento e Estudos Regionais).
- _____. **Pesquisa de consumo de produtos industrializados**. Pelotas, set./1969.
- _____. **Plano de desenvolvimento da bacia da Lagoa Mirim**. Porto Alegre, 1974b.
- _____. **Plano de operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina**. Porto Alegre, 1973.
- _____. **Programa de Agroindústria: A suinocultura da região sul**. Porto Alegre: SUDESUL, 1980b.
- _____. **Projeto Noroeste do Paraná — Documento informativo**. Porto Alegre, 1976b.
- _____. **Projeto Noroeste do Paraná — Série informativa nº 2**. 2. ed. Porto Alegre, 1977.
- _____. **Região Sul** – Desníveis Econômicos Intra-regionais. Porto Alegre: SUDESUL, 1978c.
- _____. **Região Sul em perspectiva: 1982**. Porto Alegre, 1983b (Série Planejamento e Estudos Regionais).
- _____. **Relatório de atividades – 1989**. Porto Alegre, 1989.
- _____. **SUDESUL: 10 anos de atividades — 1967/1977**. Porto Alegre, 1978d.
- _____. **Vegetação atual da Região Sul**. Porto Alegre, 1978e.
- _____. BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Estratégia de Desenvolvimento para a Região Sul** - Documento Base. 2. ed. – Revisada. Porto Alegre, 1987b.
- _____. **TERMOS de referência para o programa de agroindústria da SUDESUL**. [S.I.], out./1974.

Mensagens presidenciais e leis

BRASIL Decreto-Lei n. 5.878, de 04 de outubro de 1943. Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Lei n. 1.806, de 06 de janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e da outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Lei n. 2.976, de 28 de novembro de 1956**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Lei n. 3.692, de 15 de dezembro de 1959**. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Lei n. 4.344, de 21 de junho de 1964**. Cria o cargo de Ministro Extraordinário e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Decreto-lei n. 301, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre o plano de desenvolvimento da fronteira sudoeste, aprova o primeiro plano diretor, extingue a superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste – SUDESUL – e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Lei n. 5.365, de 01 de dezembro de 1967**. Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Decreto n. 69.612, de 29 de novembro de 1971**. Aprova novo regimento interno da Seção Brasileira da Comissão Brasileiro-Uruguiaia para o desenvolvimento da bacia da Lagoa Mirim (SB/CLM), incorpora a estrutura da SUDESUL unidades administrativas daquela seção e da outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal, e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Medida Provisória n. 28, de 15 de janeiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. **Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek apresentada ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.

_____. **Mensagem do Presidente João Goulart apresentada ao Congresso Nacional.** Brasília: Imprensa Nacional, 1963.

_____. **Mensagem do Presidente Castelo Branco apresentada ao Congresso Nacional.** Brasília: Imprensa Nacional, 1968.

ANEXOS 1: Relação de periódicos, projetos e relatórios publicados pela SUDESUL

1969	Pesquisa de produtos industrializados: relatório com os resultados parciais de uma pesquisa sobre o consumo de produtos industrializados e alguns aspectos correlatos da estrutura econômica e demográfica de 18 cidades do interior dos três estados abrangidos pela superintendência.
1972	Pré-diagnóstico dos recursos humanos da Região Sul: investigação acurada acerca de fontes de dados mínimos, necessários ao planejamento dos recursos humanos da região superintendida pela SUDESUL. Realizado em convênio com o Instituto de Pesquisas Econômicas – USP.
	Anais - II Seminário sobre Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Rio Grande do Sul: documento elaborado com base nas discussões desenvolvidas nesse seminário, realizado conjuntamente pela SUDESUL, Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (SDO), Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e colaboração da OEA.
1973	Recursos Humanos do Rio Grande do Sul: documento resultado de uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul com objetivo de estabelecer as relações entre o sistema educacional, os recursos humanos e o desenvolvimento.
	Termos de Referência para o Plano de Desenvolvimento da AMESNE-RS: estudos em ciência social, segundo intenção do MINTER–SUDESUL e SREFHAU de desencadear um processo de planejamento em nível de microrregião, representada pelos municípios integrantes da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste – AMESNE.
	Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Sul: originou a definição dos três setores de atuação prioritária: agropecuária, industrial e organização setorial e territorial do espaço regional. Foram desenvolvidos projetos específicos para a região, que serviram de subsídios à formulação do II PND.
1974	Plano de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim: de caráter informativo, o documento oferece uma visão panorâmica dos estudos, dos levantamentos, das pesquisas e das obras realizadas na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim, em território brasileiro, sob responsabilidade da SUDESUL.
	Agregados Econômicos Regionais – Renda Interna: em convênio com IBRE/FGV, e publicado apenas em 1977. Não prosperou devido à carência de recursos financeiros.
	As funções da região sul no âmbito do sistema nacional e a ação da SUDESUL: apresenta as ações a serem desenvolvidas pela SUDESUL, seus projetos em andamento e outras atividades.
	SUDESUL, a instituição e suas atividades: publicação que focaliza os aspectos da superintendência, suas políticas e estratégias para o desenvolvimento e seus principais programas e projetos.
	Termos de referência para o programa de agroindústria da SUDESUL: relacionado a um programa da SUDESUL, este documento possui uma etapa dos estudos realizados, envolvendo a delimitação do campo de estudos, o fornecimento de dados básicos e a definição do escopo dos trabalhos para uma próxima etapa de desenvolvimento do trabalho.
	IV Curso de Especialização em Comercialização: neste trabalho, a participação da SUDESUL foi patrocinar bolsas de estudos aos participantes do grupo de trabalho.
1975	Plano Integrado de Desenvolvimento para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul: traz um diagnóstico, apontando as causas do atraso do desenvolvimento dessa região, e estudos para reverter a situação.

	<p>O fenômeno migratório na Região Sul: relatório elaborado por solicitação da Comissão Executiva Nacional de Migrações Internas, que inclui nos estudos da SUDESUL as migrações inter-regionais, além das intrarregionais que estavam presentes em um documento anterior.</p> <p>Plano Diretor Básico para desenvolvimento da Bacia Lagoa Mirim – Relatório final: elaborado pela HIDROSERVICE – Engenharia de Projetos Ltda., o Plano é posto neste documento apenas com uma síntese do trabalho realizado para sua elaboração.</p> <p>Programa Especial do Oeste do Paraná – PRODOPAR: destinado a promover as condições necessárias para a criação do Projeto ITAIPU.</p>
1976	<p>Curso de Treinamento em Análise Regional: com colaboração da OEA e objetivo de “capacitar e nivelar os recursos humanos disponíveis na superintendência”. Como resultados, foram apresentados documentos e relatórios que mostravam o diagnóstico da autarquia acerca da dinâmica regional, bem como as diretrizes para a região sul, que serviram de subsídios para as ações do MINTER no período 1979-1985.</p> <p>Programas Agroindústria e Comercialização do Rio Grande do Sul: projeto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, do qual a SUDESUL participa com o apoio financeiro. Desenvolvido para pesquisar e identificar os problemas de comercialização e industrialização dos principais produtos agrícolas do Estado, e buscar suas soluções, o projeto foi publicado em alguns tomos, sendo este o quarto deles.</p> <p>O Setor Agrícola da Região Sul: primeira tentativa de elaboração dos Planos Anuais de Produção e Abastecimento, em nível das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPASs), sendo este documento uma aproximação de uma consolidação a nível regional. Apresenta as deficiências na metodologia, devido à ausência de alguns tipos de dados.</p> <p>Desempenho da Economia da Região Sul: desenvolvido a partir de 1976</p>
1977	<p>SUDESUL – 10 anos de atividades: documento publicado para divulgação das atividades da autarquia.</p>
1978	<p>Dinâmica e Diagnóstico da Região Sul: de circulação restrita, este documento traz um estudo sobre o desenvolvimento regional após 1950, além dos estudos de cada área específica do diagnóstico.</p> <p>Região Sul - Desníveis Econômicos Intra-regionais: destaca a ausência de estudos intrarregionais e defende a necessidade de fazê-los para desenvolvimento da Região Sul.</p> <p>Vegetação Atual da Região Sul: divulga os resultados do levantamento da cobertura vegetal da região.</p> <p>O Setor Metal-Mecânico da Região Sul: faz o estudo de um dos mais importantes setores da economia da região. Publicado em alguns volumes a partir desse ano.</p>
1979	<p>Dinâmica Espacial e Setorial da força de trabalho no Paraná: em conjunto com o Governo do Paraná e a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, o documento é fruto de um estudo que procurou evidenciar os determinantes do processo de constituição do grupo de “marginalizados” pela falta de emprego, para explicar o crescente número de trabalhadores que não conseguem ocupação no estado.</p>
1980	<p>Plano Diretor de Irrigação do Rio Grande do Sul: em convênio entre Ministério do Interior (SUDESUL e DNOCS), Ministério da Agricultura e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o plano propunha-se a estabelecer a política norteadora, através de diretrizes gerais, para dar início a uma ação conjugada das diferentes entidades públicas e privadas que se relacionavam com a irrigação e, de forma mais ampla, com a utilização dos recursos hídricos.</p> <p>Informações Básicas da Região Sul: pertencente à Série Região Sul em Números, essa já era a segunda publicação. O documento reúne informações socioeconômicas a nível de Brasil, Região Sul e Estados desta região. Em 1983 foi lançado o terceiro volume.</p> <p>Programa de Agroindústria - A Suinocultura na Região Sul: com a colaboração entre SUDESUL, BRDE e os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o trabalho contém a atualização e a complementação dos estudos efetuados no três estados, no que se refere à oferta de matérias-primas, diagnóstico do parque industrial e mercado do segmento agroindustrial de carnes e derivados de suínos.</p>
1983	<p>Região Sul em Perspectiva: discorre sobre a instituição, e apresenta dados básicos para estudos e análises, buscando colocar em debate questões relacionadas ao desenvolvimento regional.</p>
1989	<p>Relatório de Atividades: publicado para divulgação dos objetivos, atividades, e ações desempenhadas pela Superintendência.</p>

Fonte: Elaborado a partir dos documentos disponíveis nas bibliotecas pesquisadas sobre a SUDESUL.

Bibliotecas pesquisadas

Brasília

Biblioteca do Senado Federal

Biblioteca do Ministério da Agricultura

Biblioteca do Ministério do Planejamento

Arquivo Nacional – Divisão de Brasília

Porto Alegre

Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística - FEE

Biblioteca do banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Biblioteca do Curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Florianópolis:

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina - BPESC

Curitiba:

Biblioteca Pública do Estado do Paraná - BPEPR